ÍNDICE SISTEMÁTICO

Trabalhos publicados 5
Breve currículo do autor 11
Nota à 5ª edição 15
Siglas e abreviaturas 19

TÍTULO I

ORIGENS, CONCEITO E VALOR DO INQUÉRITO CIVIL

CAPÍTULO 1

ORIGENS

1. Antecedentes 41
2. A Lei n. 7.347/85 44
3. Outros mecanismos investigatórios do Ministério Público 45
4. A legislação subsequente 46

CAPÍTULO 2

CONCEITO E VALOR

1. Conceito de inquérito civil 47
2. Peças de informação e procedimentos preparatórios 49
3. Natureza jurídica 49
4. Função institucional ou instrumento de atuação? 51
5. Inquérito civil e inquérito policial 52
6. Dispensabilidade 53
7. Prazo de conclusão 54
8. Valor da prova indiciária 55
9. Crítica ao instrumento 57

TÍTULO II
INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL

CAPÍTULO 3
A INSTAURAÇÃO

1. Generalidades 63
2. Fases do inquérito civil 65
3. As formalidades de instauração 65
4. O direito de petição 66
5. Finalidades do inquérito civil 68
6. O inquérito civil e a privacidade do indiciado 69
7. Aplicação subsidiária do Código de Processo Penal 69

CAPÍTULO 4
COMPETÊNCIA

1. O local do dano 71
2. Competência absoluta 72
3. A inconstitucionalidade trazida pela Lei n. 9.494/97 73
4. Interesse da União e de vários Estados 76
5. Disputa sobre direitos indígenas 78
6. A autoridade competente para a instauração do inquérito civil ... 78
7. A instauração do inquérito civil sob a Lei de Improbidade Administrativa 80
8. Cartas precatórias 82
9. Conflitos entre membros do Ministério Público 83
10. Conclusões 83

CAPÍTULO 5
IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO

1. Distinções 85
a) Generalidades 85
b) Impedimentos 85
c) Suspeição 85
2. Impedimento e suspeição nos inquéritos civis 86
a) Interesses transindividuais 86
b) Arquivamento do inquérito civil 87

c) Conversão em diligência 89
d) Aconselhamento às partes 90
e) Tomada de compromisso de ajustamento 93
3. Arguição do impedimento ou da suspeição 93

CAPÍTULO 6
MODO DE INSTAURAÇÃO E OBJETO

1. A instauração 95
2. A provocação para instaurar o inquérito civil 98
3. Delação anônima e notícias da imprensa 102
4. O objeto do inquérito civil 104
5. Investigações do Ministério Público para fins penais 104
6. Controle administrativo de cláusulas contratuais 108
7. A inconstitucionalidade de leis em tese 110
8. A investigação de direitos 114
9. Lesões a interesses transindividuais 115
10. Lesões a interesses individuais homogêneos 117
11. A discricionariedade administrativa 119
12. O controle do ato omissivo 121
13. A defesa do patrimônio público e social 121
14. O enriquecimento ilícito de administradores públicos 123
15. As lesões a contribuintes 125

CAPÍTULO 7
A NOTÍCIA DO FATO A SER INVESTIGADO

1. O ilícito civil e o ilícito penal 129
2. A determinação do fato a ser investigado 129

CAPÍTULO 8
PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS AO INQUÉRITO CIVIL

1. Procedimentos preparatórios 135
2. Peças de informação 138
3. Conclusão 140

CAPÍTULO 9

EFEITOS DA INSTAURAÇÃO

1. Generalidades 143
2. Óbice à decadência 144
3. Eficácia em juízo 145
4. Efeitos penais 146
5. As testemunhas e os indiciados 148
6. Os colegitimados 150
7. Diligências sem inquérito civil 151

CAPÍTULO 10

CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES

1. Conflito entre membros do mesmo ramo do Ministério Público ... 153
2. Conflitos entre membros de Ministérios Públicos diversos ... 154
3. Procedimento nos conflitos de atribuições 159
4. O alcance da decisão do conflito 161

TÍTULO III

INSTRUÇÃO

DO INQUÉRITO CIVIL

CAPÍTULO 11

COLETA DE INFORMAÇÕES

1. As provas em geral 165
2. Os indícios 169
3. Provas ilícitas 171
4. A busca da verdade real 173
5. Controle dos prazos 173
6. Retirada de autos 173

CAPÍTULO 12

PERÍCIAS E INSPEÇÕES

1. As perícias 175

2. As inspeções 177

CAPÍTULO 13
NOTIFICAÇÃO, REQUISIÇÃO E CONDUÇÃO COERCITIVA

1. Notificações 181
2. Condução coercitiva 182
3. Cartas precatórias 183
4. Requisições 183
5. O âmbito das requisições 186
6. Forma da requisição ou da notificação 187
7. Requisição de informações eleitorais e bancárias 188
8. Requisições à autoridade policial 188
9. Desatendimento à requisição 188
10. Controle de legalidade 192

CAPÍTULO 14
PUBLICIDADE E SIGILO

1. O princípio da publicidade na Administração 193
2. As matérias sigilosas 194
3. A publicidade e o inquérito civil 195
4. O advogado e o sigilo no inquérito civil 200
5. Requisições em matéria sigilosa 201
6. O particular e o acesso à informação 205
7. A privacidade do investigado 206
8. A privacidade do denunciante 208

CAPÍTULO 15
O INVESTIGADO E O ADVOGADO NO INQUÉRITO CIVIL

1. Generalidades 211
2. É possível o contraditório no inquérito civil? 213
3. Estratégia do advogado 217

TÍTULO IV

ARQUIVAMENTO

DO INQUÉRITO CIVIL

CAPÍTULO 16

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

1. Generalidades 221
2. É constitucional o arquivamento do inquérito civil?..... 223
3. O arquivamento de quaisquer peças de informação..... 224
4. A fundamentação do arquivamento 224
5. A reabertura do inquérito civil já arquivado 226

CAPÍTULO 17

ARQUIVAMENTO IMPLÍCITO

1. Generalidades 227
2. Paralelo com o inquérito policial..... 230
3. Quem provoca a revisão do arquivamento 232
4. Controle do arquivamento implícito 233

CAPÍTULO 18

ARQUIVAMENTO DE OUTROS PROCEDIMENTOS ANÁLOGOS

1. Generalidades 235
2. O arquivamento de outros inquéritos civis que não os da Lei n. 7.347/85..... 237
3. O arquivamento de representações ou requerimentos 237
4. O sistema de controle analógico de arquivamento..... 239
5. Casos que não estão sujeitos à revisão colegiada 239

CAPÍTULO 19

O PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE

1. A obrigatoriedade e a indisponibilidade na atuação do Ministério Público..... 241
2. O arquivamento do inquérito civil e o princípio da obrigatoriedade..... 242

3. A necessidade de exaurir a investigação 244

CAPÍTULO 20

CONTROLE DO ARQUIVAMENTO

1. Generalidades 245
2. Inquéritos civis arquivados pelo procurador-geral 246
3. A remessa do inquérito civil ao colegiado competente 247
4. A falta grave 247
5. Papel do colegiado competente 248

CAPÍTULO 21

TRAMITAÇÃO NO COLEGIADO COMPETENTE

1. A competência 249
2. As providências prévias 250
3. Os impedimentos 251
4. A sessão pública de julgamento 251
5. Tramitação dos recursos 252
6. Os compromissos de ajustamento 252

CAPÍTULO 22

ARRAZOAMENTO PERANTE O COLEGIADO COMPETENTE

1. Arrazoamento pelas associações civis 253
2. Arrazoamento pelos demais legitimados e por terceiros 255

CAPÍTULO 23

O PODER REGIMENTAL DO ÓRGÃO COLEGIADO

1. Matéria regimental 257
2. Atribuição regimental exclusiva 257

CAPÍTULO 24

A DECISÃO DO COLEGIADO COMPETENTE

1. A deliberação 259

2. As qualidades do sistema de controle por um órgão colegiado... 262
3. A atuação consultiva do colegiado 263
4. Recomendações diversas..... 264

CAPÍTULO 25
A DESIGNAÇÃO

1. A designação em caso de rejeição do arquivamento..... 265
2. A designação em caso de conversão em diligência 265
3. A expedição do ato de designação 267
4. A delegação 268

CAPÍTULO 26
EFEITOS DO ARQUIVAMENTO

1. O arquivamento e os colegitimados..... 273
2. O arquivamento e o Ministério Público 274
3. A reabertura do inquérito civil 275
4. A quem compete reabrir o inquérito civil?..... 282

TÍTULO V
RECURSOS, CONTROLE DE LEGALIDADE E NULIDADES NO INQUÉRITO CIVIL

CAPÍTULO 27
RECURSOS NO INQUÉRITO CIVIL

1. Generalidades 287
2. Recursos contra a instauração e a não instauração do inquérito civil 288
3. Normas regimentais 292

CAPÍTULO 28
CONTROLE DE LEGALIDADE SOBRE A INSTAURAÇÃO

1. Controle de legalidade..... 293

2. Competência jurisdicional para o *habeas corpus* 295
3. Competência jurisdicional para o mandado de segurança e o *habeas data* 297
4. Normas regimentais 297
5. Conclusão 297

CAPÍTULO 29
CONTROLE DE LEGALIDADE E NULIDADES NA INSTRUÇÃO

1. O controle de legalidade 299
2. Nulidades 300

TÍTULO VI
COMPROMISSOS DE AJUSTAMENTO

CAPÍTULO 30
O AJUSTAMENTO DE CONDUTA

1. A possibilidade de transigir 303
2. Antecedentes do compromisso de ajustamento 304
3. A criação do compromisso de ajustamento 308
4. A questão do veto ao compromisso de ajustamento 310
5. Quem pode tomar o compromisso 312
6. Quem pode obrigar-se 315
7. Características do título 316
8. Objeto 317
9. Transações no curso do inquérito civil 318
10. Compromissos preliminares 319
11. Acordos em juízo 320
12. A regulamentação do compromisso de ajustamento 320
13. Dispositivos regimentais 321
14. Revisão e rescisão do compromisso 322
15. A questão terminológica 324

CAPÍTULO 31
EFEITOS DO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO

1. Início da eficácia 325
2. A limitação da responsabilidade 328
3. A discordância dos interessados 328
4. A discordância dos terceiros lesados 331
5. A natureza do título executivo 332

CAPÍTULO 32
AS VEDAÇÕES AOS COMPROMISSOS DE AJUSTAMENTO

1. Generalidades 335
2. A vedação contida na Lei de Improbidade Administrativa 337

TÍTULO VII
O DEFENSOR DO POVO, AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E AS RECOMENDAÇÕES

CAPÍTULO 33
O DEFENSOR DO POVO E AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

1. Generalidades 341
2. O objeto das audiências públicas 343
3. A designação de uma audiência pública 344
4. As providências preliminares 345
5. Quem pode participar da audiência 346
6. O desenvolvimento dos trabalhos 346
7. Conclusão da audiência pública 348
8. A avaliação da audiência pública 348

CAPÍTULO 34
EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES

1. Generalidades 351
2. O procedimento para expedir recomendações 351
3. As normas locais 352
4. A natureza jurídica das recomendações 352

TÍTULO VIII
RESPONSABILIDADE DO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CAPÍTULO 35
RESPONSABILIDADE CIVIL, PENAL E ADMINISTRATIVA

1. A responsabilidade dos agentes públicos 357
2. A responsabilidade do membro do Ministério Público 358
3. A atividade opinativa 359
4. A questão da responsabilidade por culpa 359
5. A ação de responsabilidade civil 360
6. A denunciação da lide 360
7. A responsabilização por medida provisória 360
8. Responsabilidade política 361
9. Conclusões 361

ANEXOS

RESOLUÇÃO N. 23/07 do CNMP 365

MODELOS 373
1. Portaria inicial de inquérito civil 373
2. Convite para comparecimento 375
3. Notificação 376
4. Termo de declarações 377

5. Solicitação (ou requisição) de certidão (ou documentos) 378
6. Quesitos para perícias ambientais mais comuns 379
7. Compromisso de ajustamento 381
8. Promoção de arquivamento 383
9. Cópia autêntica de peças do inquérito civil 385
10. Petição inicial de ação civil pública 386
11. Convocação para audiência pública 388
12. Ata de audiência pública 391

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA 393
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO 401